



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150822 - GO (2021/0232955-3)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RECORRENTE : JOAQUIM LEANDRO DA CUNHA
REPR. POR : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-SECAO DE GOIÁS
ADVOGADO : AUGUSTO DE PAIVA SIQUEIRA E OUTRO(S) - GO051990
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por JOAQUIM LEANDRO DA CUNHA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (HC n. 5062679-90.2021.8.09.0000).

O recorrente foi denunciado por suposto envolvimento na conduta dos arts. 304 c/c 298 e 71, todos do Código Penal.

Sustenta a inépcia da denúncia, argumentando que "é possível observar que, diversamente do que entendeu o acórdão impugnado, o Ministério Público não cumpriu a contento com o seu ônus processual acusatório, pois não soube individualizar a conduta taxada de criminosa, supostamente praticada pelo paciente, tampouco vincular a sua autoria" (fl. 353).

Acrescenta que "as condutas imputadas ao advogado são flagrantemente atípicas, na medida em que a utilização do documento inquinado de falsidade se deu pela parte então representada pelo profissional da advocacia no processo judicial, e não por ele próprio em seu benefício" (fl. 358).

Requer, liminarmente, seja suspenso o andamento da Ação Penal n. 0002382-70.2018.8.09.0175 até o julgamento final do presente recurso. No mérito, pugna pelo provimento da insurgência a fim de que seja trancada a ação penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado nota-se que foram declinados os fundamentos para o deferimento do pleito, consoante se extrai da seguinte passagem (fls. 339-340):

Analisando a inicial acusatória observa-se o relato de que o paciente, na condição de advogado de Elaine Sabino de Souza teria feito uso de documento particular falso, consistente em extratos de negativação expedidos pela SERASA Experian.

Narra a denúncia:

"Conforme foi apurado, no início do ano de 2017, Elaine Sabino de Souza estava no Setor Central, próximo à Praça Cívica, nesta Capital, quando avistou um letreiro de propaganda que dizia que "limpavam o nome" junto às instituições de crédito Decidiu então Elaine procurar o anunciante, no escritório "Vícunha e

Cunha Advogados", uma vez que teve seu nome negativado pela Flávios Calçados, Itaú Unibanco, Câmara Arbitrai e Mediação do Estado de Goiás e L&M Enxovais. Em referido local, foi atendida por Eisonio Patryck Xavier Fernandes, secretário do escritório de advocacia, que lhe informou que poderia ingressar com ação judicial, devido ao fato de não ter sido notificada previamente da negativação de seu nome. Assim, na data de 06 de março de 2017, Elaine Sabino de Sousa Viana ingressou com quatro ações cíveis junto aos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Goiânia, representada por advogado constituído, o indiciado Joaquim Leandro da Cunha, em desfavor da Flávios Calçados & Esporte Ltda. (fls.

07/14); Banco Itaú S.A (fls. 16/29); Câmara Arbitrai e Mediação do Estado de Goiás (30/37); L&M Enxovais (fls.

38/44). E, conforme orientação recebida, Elaine levantou junto ao SERASA Experian certidão completa de negativação de seu nome referente às empresas citadas, entregando-a ao indiciado.

No entanto as quatro ações protocolizadas no mesmo dia, no 11º, 9º, 5º e 8º Juizado Especial Criminal, o indiciado juntou extratos de negativação diferentes em cada um dos processos, o que levantou suspeita de fraude documental. Levado os fatos ao conhecimento da polícia judiciária, a autoridade policial requisitou informações ao SERASA Experian a respeito da situação. Em resposta ao solicitado, informou a empresa:

"...que a consumidora adulterou os extratos, separando as anotações, para mover diversas ações junto aos credores, ao invés de uma só ação. Prova do afirmado acima, é que todos os extratos emitidos pela Serasa possuem um código de validação individual. No caso anexo, os supostos extratos acostados aos autos possuem o mesmo código de validação, confirmando a adulteração... Outra incidência da adulteração é que os extratos apresentados possuem apenas anotações do SPC, e nos extratos da Serasa sempre constam primeiro as anotações da Serasa e depois as do SPC 5/35/7..."

Desse modo, através da documentação juntada ao

feito, vejo que a denúncia relata conduta que se enquadra no tipo penal previsto no artigo 304 do Código Penal, não havendo falar em falta de justa causa para a ação penal.

Com efeito, pelos elementos até agora coligidos, há um respaldo mínimo para a tramitação do feito, pois, como visto, consta a informação da Serasa/Experian, que atendendo a expediente do delegado de Polícia, de que os extratos anexados nos processos judiciais foram adulterados e que os códigos de validação e as anotações neles existentes não condizem com as dos originais.

Demais, não há vício que torne a inicial inepta, dado que foram consignadas as circunstâncias necessárias para vincular os fatos que são imputados ao paciente, sem prejuízo para o exercício do direito de defesa.

Ressalta que a denúncia está pautada nos requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal, tendo delineado a conduta de maneira satisfatória, mostrando-se apta para iniciar a ação penal e ensejar seu prosseguimento, não se havendo falar em atipicidade, ausência de condições da ação ou afronta aos princípios constitucionais, tanto que já recebida pela autoridade coatora.

Ademais, não cabe aqui examinar se houve ou não dolo do paciente, posto que tal análise exige exame aprofundado de provas, o que é incompatível nesta via estreita.

Por fim, cabe esclarecer que as garantias constitucionais conferidas ao mandatário para o exercício da atividade jurídica não podem servir para ocultar eventual prática de crimes.

Ressalto que durante a instrução processual a situação será esclarecida, já que Elaine Sabino à autoridade policial relatou ter entregado o documento íntegro e sem adulteração para um advogado sócio do paciente.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência